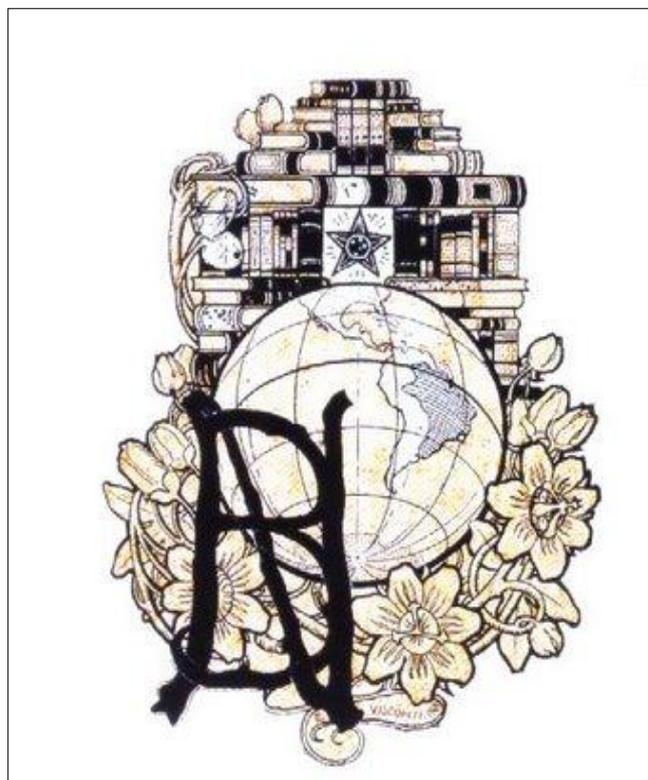


Fundação Biblioteca Nacional

Ministério da Cultura



Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

2012

Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

Fundação Biblioteca Nacional - MinC



Marina Pózes Pereira Santos

Literatura e Imprensa no Brasil de fins do século XIX

Programa Nacional de Apoio à Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional

2012

Resumo

Nos primórdios do governo republicano no Brasil, em março de 1890, período em que o novo regime se afirmava no cenário nacional, um esqueleto humano foi descoberto no Paço Imperial, sede do governo recentemente deposto. Essa descoberta teve grande repercussão na imprensa, gerando romances-folhetins que se inseriam nos movimentos pró-república da época, os quais associavam o governo republicano ao progresso e à civilização inexistentes no período imperial. Para isso, eles veicularam narrativas fantasiosas acerca do caso do esqueleto, especulando a respeito dos possíveis motivos para a ocorrência do incidente no Paço. Seus enredos mergulharam no passado imperial para revelar segredos e mistérios ocultos que justificassem a criação da nova ordem republicana. Dentro desse contexto, encontram-se os romances-folhetins *O esqueleto: Mistérios da Casa de Bragança*, pela *Gazeta de Notícias*, *O esqueleto do Paço: história d' além-túmulo*, pelo *Diário do Commercio*, e *Um crime do Paço Imperial*, pelo *O Estado de São Paulo*. Na presente pesquisa, desenvolvida com o apoio institucional da Fundação Biblioteca Nacional, analisamos esses romances-folhetins, dando destaque para o entrelaçamento entre imprensa, vida política e literatura ao longo dos anos 1870 e 1890.

Palavras-chave: imprensa, romance, Império, República, folhetim

Literatura e Imprensa no Brasil de fins do século XIX

Marina Pózes Pereira Santos

No final do século XIX, a imprensa brasileira modernizava-se com a publicação de romances-folhetins nas primeiras páginas dos principais jornais. Até então, ela era significativamente voltada para as causas políticas e em menor escala para as manifestações literárias, cuja divulgação cabia às revistas literárias (MARTINS, 2012).

A fusão da política e da literatura nos jornais data de meados do Império, culminando com o surgimento da imprensa republicana. Nela, os literatos, integrantes da elite intelectual promoviam discursos políticos que muitas vezes se infiltraram na própria produção literária dos jornais.

Assim, quando o jornalismo político e pesado entrou em declínio, o folhetim de pé de página se impôs como chamariz para ampliar a circulação dos jornais (MARTINS, 2012). O jornal diário deixou de ser um veículo destinado unicamente a assuntos políticos, restrito a temas ligados ao governo e ao comércio, voltado para os membros da elite. De acordo com Mendes (2011), a configuração dos periódicos mudou com a entrada do romance-folhetim, “pois por meio dele a imprensa buscava atingir um público mais amplo, como mulheres, donas de casa e outros leitores comuns, de modo a expandir sua distribuição e aumentar as vendas das folhas” (MENDES, 2011). Portanto, o romance-folhetim favoreceu à democratização da imprensa e, conseqüentemente, a popularização do debate político.

Na imprensa republicana, instrumento eficaz de crítica ao regime imperial, arauto quase exclusivo das forças descontentes, estamparam-se à exaustão as ideias e imagens do progresso pretendidas pela nova ordem, até mesmo através das produções literárias do rodapé. Ela correspondeu a uma imprensa a serviço do progresso, vítima da repressão do governo republicano que se infiltrou já nas primeiras horas do novo regime, receoso da reação monárquica (ELEUTÉRIO, 2012).

Era um meio formador da opinião pública, da atuação da elite intelectual e espaço de divulgação de ideais e movimentos contrários ao Império, como o Abolicionismo e o Movimento Republicano, para o que contribuíram as narrativas folhetinescas, cujos temas relacionavam-se à República e a recém-desempossada Monarquia, alvo de ataques irônicos e depreciativos. Eles se iniciaram nas últimas décadas do governo imperial e se intensificaram nos anos 80, com o início da República e da imprensa republicana, através de movimentos de afirmação do novo regime.

Novidade francesa, o romance-folhetim correspondeu a um empreendimento comercial de Émile Girardin para aumentar a venda dos jornais. De acordo com o historiador literário Brito Broca (2000), esse empreendimento de Girardin partiu da observação do grande sucesso dos melodramas nos teatros parisienses (BROCA, 2000). Assim, a técnica do teatro popular da época teria influenciado a fórmula do romance-folhetim, com seus elementos característicos, como amores contrariados, duelos, raptos e tempestades, além de enredos em torno de três personagens típicos:

A vítima (que sofria as injustiças particulares ou sociais e excitava a piedade), o vilão (que encarnava a maldade humana ou a prepotência do poder e inspirava horror, medo ou revolta) e o herói ou vingador (o representante do Bem que, contando às vezes com a Providência, interferia em favor das vítimas e provocava admiração). (TINHORÃO, 1994: 8)

A partir disso, por meio dos jornais *La Presse* e *Le Siècle*, lançou-se a sementeira de um *boom* lítero-jornalístico sem precedentes e aberto a formidável descendência: “joga-se ficção em fatias no jornal diário, no espaço consagrado ao folhetim vale-tudo” (MEYER, 1996: 59). Essas narrativas seriadas, que interessavam comercialmente aos jornais como atração de primeira página, de suspense em suspense, com seus cortes e redundâncias típicos, instigavam a leitura seguinte e garantiam o consumo dos periódicos. Dessa forma, a fórmula “continua amanhã” entrou no hábito dos leitores, ampliando o campo semântico da famigerada palavra folhetim.

Le feuilleton designava um lugar preciso do jornal: o *rez-de-chaussée* – rés-do-chão, rodapé, geralmente o da primeira página. Era um espaço vazio destinado ao entretenimento, onde se praticava diferentes modalidades escritas: piadas, histórias de crimes e de monstros, charadas, receitas de cozinha ou de beleza e crítica de peças teatrais e de livros recém-saídos (MEYER, 1992: 96). A seção *Variétés*, que de início dá título à novidade, foi deslocada com seus conteúdos variados para rodapés internos, enquanto a ficção diária ganhou as primeiras páginas dos jornais.

Portanto, o folhetim inicialmente designava um espaço geográfico do jornal, o rodapé, onde se produzia diferentes formas narrativas com o fim de entretenimento. Esse espaço denomina os tipos de produção nele praticados, os quais são chamados de folhetim. Ele abrigou diferentes folhetins: contos, anedotas, crônicas, críticas, resenhas e o próprio romance-folhetim (MEYER, 1992).

O romance-folhetim era construído no dia-a-dia, por vezes com interferência dos leitores por meio de cartas e saía nos jornais com intervalos irregulares de um folheto para o outro. Além da produção seriada, também se caracterizava por cortes, no momento de mais tensão, suspenses e redundâncias. Mecanismos para estender a leitura do romance e reativar a memórias dos leitores diante de intervalos imprevisíveis.

O *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, foi um dos primeiros jornais a inaugurar a novidade dos romances-folhetins no Brasil com a tradução dos grandes sucessos franceses como *Os Mistérios de Paris*, de Eugène Sue, *O Capitão Paulo*, de Alexandre Dumas e *Rocambole*, de Ponson du Terrail. Paralelamente à tradução dos clássicos franceses, escritores brasileiros de renome e desconhecidos se arriscaram no

novo gênero alimentando o imaginário dos que liam e ouviam as histórias e garantindo a venda dos periódicos.

Segundo Ilana Heineberg (2008), João Manuel Pereira da Silva (1839) foi o iniciado do gênero no Brasil com a publicação de *O Aniversário de D. Miguel em 1828* no *Jornal do Commercio*, em 1839. (HEINEBERG, 2008). A autora identifica três fases do romance-folhetim no Brasil. A primeira, inaugurada por Pereira da Silva, correspondia à fase mimética, na qual os textos importados serviram como modelos para a produção folhetinesca nacional. Nessa fase, era natural a construção de enredos em lugares estrangeiros, uma vez que essas narrativas tentavam se travestir de romances estrangeiros. Era uma prática muito próxima da tradução, atividade que constituía como um exercício para produção escrita dos primeiros escritores. Para Antônio Cândido (1981), a tradução constituiu um incentivo que propiciou a criação no público do hábito do romance e despertou o interesse dos escritores pelo gênero (CÂNDIDO, 1981). Na segunda fase, a aclimação, as histórias estrangeiras deram lugar às narrativas em torno do cenário brasileiro. Apesar do apelo nacional dessa nova geração, as suas obras ainda continuaram presas ao modelo francês, cujo rompimento se realizou na terceira fase transformadora e de consolidação do gênero no país. Além da cor local, essa nova fase representou um grupo de obras com estruturas narrativas próprias, distanciadas do modelo francês. Nela, se enquadram os romances-folhetins praticados na imprensa brasileira, principalmente os de fins do século XIX, que tiveram forte investimento em questões locais, especialmente aquelas ligadas à transição entre o regime monárquico e o republicano.

No Brasil de fins do século XIX, um caso curioso foi divulgado na imprensa e explorado em narrativas folhetinescas tipicamente de terceira fase. *O Diário de Notícias* e o *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, em março de 1890, primórdios do governo republicano, divulgaram um *fait divers*¹ acerca da inusitada descoberta de um esqueleto

¹ O *fait divers*, cuja origem remonta ao surgimento da imprensa popular na França no século XIX, em sentido comum, corresponde a uma seção do jornal onde são abordados os incidentes e acontecimentos marcantes do dia, fatos inexplicáveis dos quais não se sabem as causas de imediato. Ele designa uma categoria de notícias relacionadas a eventos singulares e extraordinários que transgridem uma norma estabelecida, seja ela social, moral, religiosa ou natural, e normalmente são apresentados de forma romanceada e melodramática. Desse modo, as notícias veiculadas pelo *Jornal do Commercio* e pelo *Diário de Notícias* se aproximam do *fait divers* ao divulgarem o achado do esqueleto no Paço, um evento não esperado segundo as normas sociais e a religiosas da época. Possíveis restos mortais de um indivíduo morto nos anos anteriores, o esqueleto deveria estar resguardo num cemitério ou mesmo no interior ou na parte externa de alguma igreja, mas não num ambiente civil como o Paço Imperial. Sendo assim, é o local onde foi encontrado que tornou a descoberta inusitada e permitiu uma série de associações com o passado imperial exploradas pelos folhetins. Estes também se aproximam do *fait divers* ao se passarem por uma

humano no pavimento térreo do Paço Imperial, antiga sede do governo recentemente deposto. Esses jornais transmitiram o local e a circunstância em que foi encontrado, tratando o caso com um ar de mistério e dúvida. Um tom misterioso e jocoso, que deixava em aberto duas suposições para o achado: ele pertenceria a um estatuário residente no local ou encerraria os restos mortais de algum serviçal da Corte, como se observa abaixo:

Em um dos compartimentos do Paço da cidade foi encontrado ontem um esqueleto humano completo e bem assim um caixão funerário de molde inglês. **Supõe-se** que o esqueleto pertencia a um estatuário, que ali residia e trabalhava. (*Jornal do Commercio*, 14 mar. 1890). (grifos nossos)

Nas obras que estão fazendo no pavimento terreo do antigo Paço da cidade para funcionarem as officinas da repartição geral dos telegraphos, foi encontrado hontem um esqueleto humano completo, e varios ossos, dentro de um caixão de systema inglez. Sendo este achado feito no local onde era o atelier do grande estatuario Almeida Reis, se presume a elle pertencesse essa ossada, onde fazia os seus estudos naturalistas. Em todo o caso, os entendidos em esteogenia poderão adiantar alguma coisa sobre esse achado que **talvez** encerre os restos mortais de algum camareiro, coevo de D. João VI. (*Diario de Noticias*, 14 mar. 1890). (grifos nossos)

Nas semanas seguintes, tendo como ponto de partida essa descoberta ao mesmo tempo cômica e sinistra, os jornais fluminenses *Gazeta de Noticias* e *Diario do Commercio* e o paulista *O Estado de São Paulo* exploraram os mistérios que encobriam as primeiras notícias produzindo diariamente, entre os dias 17 de março e 13 de abril, narrativas fantasiosas que especulavam a respeito dos motivos para a ocorrência do incidente no Paço. Assim, os romances-folhetins *O Esqueleto: mistérios da Casa de Bragança*, pela *Gazeta de Noticias*, *O Esqueleto do Paço: histórias d'além-túmulo*, pelo *Diario do Commercio*, e *Um crime no Paço Imperial*, pelo *Estado de São Paulo*, instauraram um “inquérito literário” em busca das causas para o fato mais abrangente do que as fornecidas pelas primeiras notícias na imprensa. Eles se opunham ao tom misterioso e jocoso, indo “a fundo” nas investigações das causas para elucidar questões obscuras e não esclarecidas e desvendar os mistérios que envolviam o caso.

Para isso, os folhetinistas apostaram na subjetividade construindo narrativas que mergulhassem no passado histórico da nação e revelassem relações óbvias com o caso e ainda não aprofundadas, uma vez que, conforme Porto (2002):

Depois de apenas alguns meses da instalação do novo regime republicano, um esqueleto em um caixão enterrado sob o Paço Imperial era, no mínimo,

história verídica, atual e próxima do leitor do período, buscando estabelecer uma relação de causa e efeito mais abrangente do que as primeiras notícias sobre o caso do esqueleto. Ver DION, Sylvie. *O fait divers* como gênero narrativo. *Revista Letras*, Santa Maria (RS), Universidade Federal de Santa Maria, n. 34, p. 123-131, 2007. Disponível em http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r34/revista34_8.pdf.

um assunto que dizia respeito a um passado muito recente. O esqueleto encontrado no Paço possuía diversos significados simbólicos que remetiam ao período imperial e a um passado político que, no início da República, se tentava superar. (PORTO, 2002:100)

Nesse sentido, há um levantamento de imagens e símbolos do Império que expõe os “esqueletos” escondidos nos “armários” do Paço Imperial e promove uma ligação do esqueleto com o passado imperial primeiramente ocultada pelos jornais. Deste modo, opõe-se claramente ao caráter episódico inicialmente dado ao fato, forjando-lhe uma memória ao remontar para os anos imperiais com o fim de revelar os incidentes anteriores que levaram a presença de um esqueleto no Paço.

Cabe ressaltar que no período de publicação desses folhetins, março e abril de 1890, aproximadamente quatro meses após a Proclamação da República, o país passava pela transição do governo imperial para o republicano. Assim, eles se inseriram nos movimentos pró-república da época, iniciado oficialmente na imprensa com a publicação do *Manifesto Republicano* no jornal *A Republica: propriedade do club republicano*, do Rio, em 3 de dezembro de 1870, que se estendeu até a década de 1890. Movimentos promovidos tanto pela imprensa diária, pela literatura, pelas revistas ilustradas e como pelas agitações de ruas que, segundo Mello (2007), resultaram na associação do governo republicano com o progresso e a civilização inexistentes no período imperial, visto como um momento de atraso da história nacional, criando uma disposição afetiva e mental favorável à ideia de República no Brasil (Cf. MELLO, 2007).

A negativização da imagem do Império e da Corte portuguesa era recorrente nesses meios desde antes da mudança de regimes. Através deles, reduzia-se o prestígio imperial com críticas, sátiras e chacotas ao monarca e à família real, promovendo a dessacralização dos seus maiores símbolos. Os folhetins, por sua vez, se incluíram nesse movimento veiculando narrativas satíricas ao governo imperial e às figuras de poder de modo a intensificar a visão negativa do Império e, por conseguinte, justificar a criação da nova ordem republicana. A partir disso, seus enredos promoviam críticas ao governo imperial e às figuras de poder, ao mesmo tempo em que contribuíram para a formação de um imaginário republicano. Portanto, essas narrativas vinculavam-se ao momento político pelo qual o país estava passando.

Contudo, esse período caracterizava-se como um momento de tensão, uma vez que se observava a existência de dois grupos divergentes: os monarquistas, ligados à

conservação das instituições tradicionais do Império e contrários à ideia republicana; e os republicanos, atrelados a grupos que reivindicavam por reformas estruturais e passaram a engrossar a geração 1870. Segundo Ângela Alonso (2002), uma geração envolvida num movimento amplo de crítica às instituições, aos valores e às práticas da ordem imperial, cujo nascimento marca-se a partir da quebra de um dos pilares da Monarquia – a escravidão – com o fim do tráfico negreiro em 1850 e a lei do ventre livre em 1871 (ALONSO, 2002). Ela incorporou as ideias europeias e as adaptou às questões nacionais, como a utopia do progresso, através da adoção de conceitos spenceristas que correlacionavam o progresso, a ciência e a indústria, a fim de fazer ingressar o país no rol das sociedades modernas (GRAHAM, 1973). Entretanto, a nação brasileira nesse período dispunha de alguns entraves ao progresso e à dita civilização. Para resolver essas questões, era preciso cancelar privilégios de grupos e indivíduos e sujeitá-los a uma lei comum, inclusive a família real.

Os três romances forneceram diferentes versões para o achado do esqueleto que igualmente remetiam a segredos e mistérios ocultos do Império, cujos enredos se distanciavam da hipótese de estatuários e estudos anatômicos. Abordaram imagens e símbolos do Império, dando destaque a aspectos até então desconhecidos ou mesmo negligenciados desse período, principalmente com relação à personalidade dos integrantes da Corte portuguesa. Dessa forma, eles desvendavam os mistérios dos “esqueletos” (segredos) escondidos nos “armários” (nos compartimentos do Paço) do período imperial estabelecendo uma relação metafórica entre o esqueleto e o Império falido, que deveria “sair do armário” para ser desvendado e, conseqüentemente, esquecido, dando lugar ao novo regime republicano.

Os folhetins do *Diario do Commercio* e d’ *O Estado de São Paulo* defendiam a possibilidade de um crime ocorrido há muito tempo, durante o período imperial, e que ainda permanecia encoberto. Já o folhetim da *Gazeta de Noticias* propunha uma versão. Ele sugeria que o esqueleto fora descoberto acidentalmente a partir de investigações e estudos dos tempos coloniais realizados pelo literato Victor Leal, pseudônimo utilizado por Olavo Bilac e Pardal Mallet², autores do romance, conforme a chamada dias antes da sua publicação:

² Victor Leal foi um pseudônimo utilizado por Aluísio Azevedo, Coelho Neto, Pardal Mallet e Olavo Bilac para a produção de diferentes romances-folhetins, todos editados pela *Gazeta de Noticias*. Ele permanecia como um mistério até que Olavo Bilac venho a revelá-lo na secção “Chronica Livre” da *Gazeta de Noticias*: “Bastaria, no entanto, olhar com afeição o retrato de Victor Leal, para descobrir o segredo [...] Havia com efeito nesse retrato os olhos adoráveis de Aluísio Azevedo (os mais belos olhos

Foi o caso, que o homem cuidava há tempos em investigações e estudos profundos sobre um fato dos tempos coloniais, e eis senão quando, um pedreiro, com uma enxada, uma simples enxada, cavou mais fundo do que ele, e descobriu o esqueleto no antigo Paço da Cidade. Estou roubado! Exclamou Victor Leal. E correu para o escritório, e pediu ao Hastoy que lhe tirasse o retrato, antes que o *Diario do Commercio* venha dizer que foi ele o primeiro que pensou em escrever um romance sobre o esqueleto, ou que é ele o defensor acérrimo de todos os oprimidos, do comércio, da indústria e dos esqueletos. Para fazer-lhe a vontade, damos hoje o retrato de Victor Leal, o ilustre literato; amanhã daremos o esqueleto, reproduzido do natural; e depois de amanhã começaremos a publicar o romance (*Gazeta de Noticias*, 15 mar. 1890).

A partir disso, observa-se a postura irônica e o caráter publicitário com que o assunto foi abordado pela *Gazeta*. O periódico tentava comprovar a sua exclusividade no que dizia respeito à produção de um romance sobre o esqueleto, frente aos outros jornais como o *Diario do Commercio*. Estimulava nos leitores a espera pelo romance com a divulgação do retrato do falso autor Victor Leal e a reprodução “natural” do esqueleto (vide anexos 1 e 2). Há, portanto, uma propaganda do romance antes mesmo de sua referida publicação e o anúncio da abordagem dada ao esqueleto.

Nos dias seguintes, entre 17 e 31 de março, *O Esqueleto: mistérios da Casa de Bragança* foi publicado diariamente no rodapé do jornal, ora da primeira ora da segunda página, com ilustrações dos personagens e dos acontecimentos narrados. Um total de 17 dias de publicação com interrupção de apenas um dia. Como indicava propaganda do dia 15, a narrativa remontou à crise do período colonial para desvendar os mistérios que envolviam a presença do esqueleto no Paço. Ela iniciava com a vinda da família Real para a colônia portuguesa, condição do Brasil no início do século XIX. A partir disso, abordavam-se a conduta moral dos integrantes da Corte, principalmente o príncipe d. Pedro I e os conflitos políticos entre o partido português e o brasileiro em torno da emancipação política da colônia.

O príncipe d. Pedro I vivia a dualidade do homem e do príncipe, dividido entre questões amorosas e políticas. A narrativa alternava-se entre os eventos políticos anteriores a Independência do Brasil e as suas rotineiras buscas de amantes. Nesse contexto, o famoso *Grito da Independência* deu-se no intervalo entre as suas aventuras

de homem que conheço, leitora!), a vivacidade felina da fisionomia de Coelho Neto, a pose à d'Artagnan de Pardal Mallet, e o nariz titânico, descomunal, de quem está agora escrevendo estas cousas. Éramos nós – o romântico Victor Leal”. (*Gazeta de Noticias*, 17 out. 1873). Segundo Mendes (2011), essa foi uma forma desses autores de estilos e gêneros diversos preservarem seus estilos e leitores próprios e praticarem uma forma de arte considerada inferior – o folhetim -, ao mesmo tempo em que cultivavam um público leitor mais popular, com uma prática mais rentável de escrita (MENDES, 2011).

amorosas. Ele voltava de viagem para o Rio de Janeiro, após uma noite de amores em Santos, quando foi surpreendido por um cavalheiro com notícias de Portugal:

Tinham chegado a Santos, logo depois da partida do príncipe, novas notícias, ainda mais graves, ainda mais aterradoras. [...] Confirmava-se o consta de terem sido os deputados brasileiros obrigados a fugir de Lisboa. [...] O governo português, diziam mais as notícias, dispunha-se a mandar uma esquadra para o Brasil, para reprimir a revolução. Era preciso agir, com a máxima urgência. D. Pedro não pestanejou. Chamou o comandante. - A cavalo! Forme o regimento. E arrancou do chapéu o pendão azul e branco. Depois, tirou de uma árvore uma folha verde, listrada de amarelo, e, substituindo-a ao pendão, montou também a cavalo. O regimento esperava, em linha, a voz de marchar. O príncipe estendeu o braço: - A caminho! E, com uma voz que ecoou longamente, na tarde radiante, pelas quebras da serraria, soltou o grito de guerra – Independência ou morte! (*Gazeta de Notícias*, 24 mar. de 1890)

Diante dessas pressões políticas, d. Pedro decidiu retornar imediatamente para a Corte. Mas, antes disso, reuniu a guarda e deu o Grito da Independência, o qual constituiu, naquele momento, apenas um imprevisto que abreviou a viagem de volta à capital fluminense. No entanto, nele demonstrou-se uma real intenção do príncipe de ser, de fato, o imperador e representante do povo brasileiro, visto que ele arrancou o pendão azul e branco, símbolo de Portugal, e o substituiu por uma folha verde, listrada de amarelo. Agora ele não defenderia mais os interesses dos portugueses, mas sim os dos brasileiros - o que convinha a sua vaidade e a sua ambição de poder.

Abordaram-se também outras façanhas amorosas de d. Pedro, tendo o personagem Ângelo Palligrini, mais conhecido como Satanás, como mestre de armas e alcoviteiro. Fiel amigo que o ajudava em todas as aventuras românticas. Juntamente como d. Bias, Palligrini representava um dos integrantes das camadas populares que havia encontrado para a Corte por meios ilícitos. Uma das aventuras do príncipe, que mais se revelava o seu caráter vacilante, dizia respeito à filha de Satanás, Branca, uma donzela pura e ingênua criada longe do contato com a corte infestada da depravação dos fidalgos. D. Pedro a avistou pela primeira vez na procissão da Glória Outeiro, um dos poucos passeios que o pai a permitiu dar. Neste mesmo dia, os olhos do capitão de guarda do príncipe também miraram a bela Branca e, do cruzamento dos olhares de ambos, nasceu o amor mútuo. Desde esse momento, Branca e o capitão Paulo de Andrade, com ajuda de dona Emerenciana, uma senhora que fazia a guarda dela, vinham se encontrando. Eles estavam à espera da oportunidade em que dona Emerenciana pudesse contar tudo a Satanás e Paulo pudesse pedir-lhe a mão da filha em casamento, o que não ocorreu ao longo da história.

D. Pedro, que não sabia da paixão escondida dos dois, desde aquele momento desejava intensamente conquistar o amor de Branca. Neste caso, porém, ele não queria mais os serviços alcoviteiros de Satanás. Planejava conquistá-la pelos seus próprios meios. Para isso, juntamente com d. Bias e a ajuda de mais dois homens, decidiu invadir a casa de Branca com o intuito de obter o seu amor à força. D. Bias amarrou dona Emerenciana. D. Pedro subiu para o quarto de Branca. O capitão Paulo de Andrade viu a movimentação na casa e ficou perturbado com a presença de homens na entrada. Ele foi até o local, desamarrou dona Emerenciana e subiu para o quarto de Branca. Lá, deu de frente com D. Pedro. Ao em vez de enfrentar o seu rival, ele se matou. Diante dessa situação, d. Pedro fugiu imediatamente da casa:

Quando vira entrar no quarto Paulo de Andrade, quando compreendera que era aquele o seu rival, o príncipe esperara-o a pé firme, olhando-o face a face, num ímpeto daquele seu belo temperamento, tão seu e tão nobre, que o faria afrontar todos os perigos, que o fez uma vez mais, mais tarde, sozinho, em S. Cristovão, esperar na rua um homem que o ofendera, e retalhar-lhe o rosto a chicote. Mas, Paulo recusara, preferindo matar-se a erguer a mão contra ele. E vendo-o morto, o príncipe, compreendendo que ia haver um escândalo, saiu daquela casa, fugindo do lugar onde fora procurar um gozo passageiro e onde ganhara um remorso terrível. (*Gazeta de Notícias*, 23 mar. de 1890)

Esse fato resultou na morte de dona Emerenciana, no suicídio do capitão Paulo de Andrade e no enlouquecimento e desaparecimento de Branca. Já os causadores dessa tragédia, d. Pedro e d. Bias, fugiram do local quando perceberam a gravidade do seu ato. D. Bias foi para o bar do Trancoso, onde encontrou Satanás. Sem saber que ele era o pai de Branca, contou-lhe que uma casa na rua Conde Lourenço da Cunha tinha sido invadida por cem ou duzentos, os qual ele havia batido como sempre fazia. Ao ouvir o nome da rua, Satanás foi tomado por um pressentimento terrível. Deixou d. Bias com suas histórias e correu para a casa de Branca. Lá, ele percebeu que algo estranho realmente tinha acontecido. Branca estava desmaiada, Paulo de Andrade morto e dona Emerenciana ajoelhada diante do oratório de Nossa Senhora. Diante disso, ele logo concluiu que a filha havia sido desonrada pelo morto e que a velha era culpada. Trôpego, ele a matou, enfiando a espada entre as suas duas espáduas. Branca assistiu a essa sequência de eventos e enlouqueceu em seguida.

Intrigado com este acontecimento e com o desaparecimento de Branca desde então, Satanás, mais a frente, pressionou d. Bias a esclarecer-lhe aquela história. Ele contou que a casa havia sido invadida por vontade do príncipe d. Pedro. Daí, Satanás supôs que Branca encontrava-se em poder do príncipe e que era necessário reavê-la para depois se vingar dele. Queria-o morto e vencido no seu orgulho. No entanto, ele

desconhecia que d. Bias mantinha Branca em seu poder como prisioneira a mando de Domitila, amante de d. Pedro e enciumada da sua relação com o alcoviteiro. Ludibriada pelo fidalgo espanhol, ela acreditava que Branca era amante de Satanás.

Dando procedimento aos seus planos de vingança, Satanás desencadeou uma conspiração contra d. Pedro no interior da Sociedade Tenebrosa do Apostolado. Informado sobre as conspirações de Satanás, ele o procurou com a intenção de tirar-lhe satisfações dos seus atos. O príncipe julgava que agira assim porque ele havia possuído a sua amante Branca. Porém, após uma discussão entre os dois, Satanás revelou-lhe que Branca era sua filha. Mediante isso, os dois entraram num duelo de espadas: de um lado o pai vingador das honras da filha e, do outro, o príncipe ofendido com as acusações feitas contra ele. No meio do duelo, d. Bias adentrou o Paço, juntamente com a sua prisioneira Branca. Vendo-a, Satanás pegou-a e levou para o seu atelier onde fez uma estátua de Branca com o fim de eternizar o seu anjo de pureza.

Nesse contexto, somente no último capítulo apareceu uma referência ao esqueleto do Paço, quando se esperava o retorno de Satanás do exílio e a execução dos seus planos de vingança. Ao contrário disso, ele morreu para a história, não houve mais nenhuma referência sua, e teve lugar o referido esqueleto achado no Paço. Ele havia sido comprado por d. Pedro com uma de suas amantes com a finalidade de assustar d. Bias, um dos elementos populares da Corte que adorava pregar peças nos outros, contador de mentiras e piadas – em suma, um bobo da Corte. Enquanto ele dormia, o príncipe jogou o esqueleto em cima dele e divertiu-se com o seu assombro ao acordar tendo sobre si um grande esqueleto:

E largou o esqueleto que então caiu todo inteiro sobre d. Bias. Foi, neste momento, um espetáculo diabolicamente nunca visto e nunca sonhado até então. Por entre os lençóis e a capa, no belo contraste do preto e branco, debatiam-se os dois. D. Bias a contorcer-se todo, querer desvencillar-se desse novo companheiro de dormida, animava-o, fazia-o viver, emprestava-lhe movimento. – Por Dios! Choramingava o espanhol, por Dios! Não me faça nada! Deixe-me em paz, tenha pena de mim! E fazia-se cúmplice, e queria erguer-se para ficar de joelhos, para pedir piedade, para comprometer-se a tudo quanto o fantasma quisesse, para tornar-se submisso e escravo, enfim, com tanto que o deixasse viver. E com os movimentos que tentava, o esqueleto movia-se também, recolhia o braço num amplexo que horripilava o outro, intrometia a perna entre as do fidalgo de Espanha, ligava-se-lhe enfim numa bela conjunção amorosa. D. Bias soluçava. A voz desaparecia-lhe até. Foi preciso que o príncipe, já farto do espetáculo, interviesse e separasse os dous. (*Gazeta de Noticiais*, 31 mar. de 1890)

Finalmente, d. Bias descobriu que se tratava de um falso esqueleto e jogou-o no armário, afirmando que seria uma grande peça às gerações futuras. Os capítulos anteriores não teriam outra função senão fornecer o contexto para o aparecimento do

esqueleto na história. Dessa forma, transmitiu-se uma versão cômica do caso, sugerindo que o esqueleto fora utilizado como uma brincadeira comum no interior da Corte 70 anos antes da publicação do romance:

O esqueleto, que ficara sobre o leito, incomodava-o. Levantou-se, e escondeu-o dentro de um armário. – Se o esquecerem agora, e se o descobrem daqui a cem anos... lembrou o príncipe. D. Bias mastigou barulhentosamente um grande naco de carne; e depois, olhando muito sério para o armário, disse: Caramba! Que boa peça vou eu pregar às gerações futuras! (*Gazeta de Notícias*, 31 mar. de 1890)

Essa história, portanto, se passou, aproximadamente, 70 anos antes do surgimento do romance. A fala de d. Pedro estabelece uma conexão com o contexto da época, uma vez que o esqueleto, de fato, foi descoberto quase 100 anos depois, dando muito o que falar. Por meio dessa versão do caso, promoveu-se a propaganda da nova ordem política. O esqueleto como objeto de divertimento remetia alegoricamente ao passado imperial, também meio de diversão da Corte – um passado morto e risível, portanto. Agora, o Império seria substituído pela República, um governo sério que introduziria a ordem e o progresso no país, acabando com a “festa” da Corte portuguesa no Brasil.

No dia 18 de março, o *Diario do Commercio* iniciou a publicação do romance-folhetim *O Esqueleto do Paço: história d’além-túmulo*, que se estendeu até o dia 13 de abril, com interrupção de apenas quatro dias e acompanhado de ilustrações dos principais personagens. Ele não foi divulgado no rodapé do jornal, mas no espaço reservado aos noticiários diversos e a sua autoria também não foi revelada³.

Assim como a *Gazeta*, ele fez previamente uma propaganda do romance estabelecendo a abordagem que daria ao caso e também divulgou uma suposta imagem do esqueleto encontrado no Paço (vide anexos). Dizia ter evocado o espírito do esqueleto por intermédio de ilustres mestres da nova doutrina espírita, cujas declarações pretendia revelar. Por meio dessas revelações, almejava superar a concorrente *Gazeta de Notícias*, que havia divulgado a propaganda de *O Esqueleto* no dia anterior, 15 de março:

Mal sabíamos nós que a sympathica amiga Gazeta de Noticias tambem já houvera pensado em tal, com a differença de que vai imaginar um romance devido a penna de Victor Leal. Mas, em que peze à Gazeta, foi evidentemente o Diario do Commercio quem primeiro lembrou se disso... O que acima lê-se não sauiu hontem por falta de espaço. (*Diario do Commercio*, 16 mar. de 1890).

³ A partir da leitura da notícia do jornal *O Noticiário de Taubaté*, transcrita pelo *O Estado de São Paulo*, em 25 de março de 1890, evidencia-se que o romance teria sido escrito por Castro Lopes.

Assim, o romance descreveu como vivia a alma a que pertenceu o esqueleto, o nobre cavalheiro Ruy de Castro, no interior da Corte Portuguesa. Ele almejava conquistar o cobiçado coração de Mathilde Alvarez, a flor da Corte de d. João VI. Uma moça de caráter incorrupto, culta e sensível, cuja beleza e porte majestoso eram invejados pelas damas da Corte.

A Corte de d. João VI era constituída por fidalgos de famílias reais e “rebentos de uma aristocracia caricata, criada por graça e obra do rei” (*Diario do Commercio*, 18 de março de 1890), uma raça dos inúteis e ociosos fidalgos de “sangue azul”. Espaço régio que se preocupava unicamente com bailes, festas e caçadas reais e, assim, amenizava a rivalidade entre os portugueses e os brasileiros. D. João VI e sua comitiva emigrados para o Brasil eram vistos como fugitivos das tropas napoleônicas que entregaram o pequeno reino do continente europeu ao governo provisório, ameaçado pelas forças francesas. Aqui, os fidalgos emigrantes desfrutavam de direitos incontestáveis a habitação que mais lhe agradassem. Os moradores pobres e antigos eram obrigados a abandonarem as suas casas em benefício da segurança e da comodidade dos fidalgos protegidos do el-rei. Assim, a pacata e sossega da população do Rio de Janeiro foi tomada pelos vexames de uma multidão de nobres evadidos, sem ocupação nem mérito, cuja única preocupação era divertir-se.

Ruy de Castro acreditava que Mathilde cederia facilmente as suas investidas amorosas. Contudo, a dama sentia repulsa por ele desde que descobrira o seu caso amoroso com Margarida, uma menina pobre e ingênua que morava numa casa modesta na Tijuca, longe do ambiente da Corte e mantida isolada do contato com a Corte infestada por fidalgos sem escrúpulos e de mau caráter. Ela morava com seu pai Anatólio de Abreu e o irmão Alfredo de Abreu. Cresceu entre os desvelos paternos e as atenções do irmão, que na época era estudante do último ano do curso de Medicina. Raramente saía, somente para festas religiosas e sempre acompanhadas do pai e do irmão. Numa dessas festividades sagradas, frequentada pela fidalguia ociosa e admiradora da beleza das moças que, de cabeça baixa, se dirigiam à igreja, viu-a o desocupado fidalgo Ruy de Castro.

Desde este dia, Ruy tentou diversas vezes relacionar-se com o velho Anatólio de Abreu para ter entrada em sua casa. Não obstante, o negociante de molhados teve o bom senso de nunca aceder-lhe as vontades, conhecia muito bem o caráter dos nobres da Corte, que “não respeitavam cousa alguma, desde o direito sagrado da propriedade, que era violado sob o pretexto de alojamento para os nobres, até o pudor das moças bonitas

em quem farejavam meia duzia de dias de libidinosos prazeres”. (*Diario do Commercio*, 22 mar. de 1890). Diante disso, ele resolveu apelar para um recurso extremo: um pedido de casamento. Entretanto, o pai zeloso respondeu-lhe explicando que a honra do pedido da mão de sua filha estava muito acima dos méritos dela. Era uma podre rapariga, sem fortuna nem nobreza de sangue, que só poderia desejar um homem da sua esfera social.

A partir disso, Ruy começou a se comunicar por meio de cartas com Margarida. Fazia-se de vítima para ela. Era um desgraçado, um infeliz, contra quem se erguia a obstinação de um pai austero, único obstáculo à sua felicidade. Empenhava-se em provocar-lhe compaixão e piedade pelo seu estado de desespero. Margarida acabou rendendo-se às súplicas do cavalheiro que parecia amá-la intensamente.

Diante disso, Ruy decidiu por raptar a donzela, que ingenuamente cedera às suas súplicas. O rapto se deu na noite seguinte. Ruy e seu séquito rondavam a rua de São Cristóvão numa carruagem hermeticamente fechada. Eles pararam nas imediações de uma risonha vivenda, então mergulhada nas sombras da noite. Margarida fugiu do seu quarto e seguiu para carruagem. No entanto, ela foi seguida pelo pai Anatólio de Abreu. Ele ouviu ruídos no interior da casa e desconfiou da triste verdade do que se passava. Apenas teve tempo de colocar uma capa e correr para o quarto de Margarida. Encontrou-o vazio. Angustiado, precipitou-se pela janela aberta e atirou-se para a rua.

Chamou pelo filho, mas os seus gritos foram abafados por um grupo que o atacava pelas costas. Alfredo ouviu o chamado e, munido de um punhal, saiu à rua. Atirou-se como um louco contra os atacantes de Anatólio e enterrou a lâmina do punhal no peito de um deles. Os outros agarraram o companheiro ferido enquanto Anatólio desviou-se e correu em direção à filha. O mulato Carapinha viu-o e partiu em sua direção. Travaram uma renhida, braço a braço, cujo desenlace só poderia ser fatal.

Alfredo ignorava tudo o que se passado. O pai nunca lhe dissera nada a respeito de Margarida. Tomara exclusivamente para si a defesa da sua honra. Ele pegou nos braços o seu cadáver ainda quente e proferiu, diante dele, o seguinte juramento: “Meu pae, pelos teus restos, pela memória de minha santa mãe, pelo muito amor que votavas a minha desgraçada irmã, juro perante Deus que me ouve que hei de vingar-te, a ti e a ella” (*Diario do Commercio*, 25 de março).

Depois desse evento, Ruy manteve Margarida isolada numa casa distante da Corte, cercada por um bosque abandonado e selvagem. Lembrava uma prisão, cujas janelas estavam sempre fechadas como que destinada a encerrar eternamente as dores e os sofrimentos de um triste condenado. Numa tristeza lúgubre de cemitério, fora do

ruído e do movimento. De todo esquecida, no segredo de um afastamento perpétuo. Assim, Ruy guardava Margarida como um segredo capaz de denegrir a sua honra de cavalheiro. Privada do seu carinho e do seu afeto, ela enfraquecia fisicamente diante do abandono e do desprezo daquele que tanto amava. E mesmo assim, não perdera completamente a ilusão de ser a legítima esposa do homem que a enganara tão covardemente. A doença já estava em estado terminal, cujos males eram intensificados pela desilusão amorosa, quando Mathilde tomou conhecimento da sua existência e passou a prestar-lhe assistência. Até então não contava com ninguém para auxiliá-la na doença.

Anos mais tarde, Alfredo voltou da Europa, onde terminou o curso de Medicina e se aperfeiçoou na sua profissão. Venho a ser médico da Corte que logo ganhou a simpatia de Mathilde. Ela lhe pedia que cuidasse da saúde da sua protegida, sem saber que Margarida era sua irmã - “Conheço uma desgraçada rapariga [...] por quem me interessa muito; esta infeliz menina deixou-se um dia raptar por um dos brilhantes fidalgos da corte” (*Diario do Commercio*, 29 de março de 1890). Alfredo desconfiava de que a moça fosse sua irmã Margarida, mas duvidava de que ainda estivesse viva e resistido há quatro anos de vergonhas e misérias.

Diante dessa situação, Mathilde negava-se a casar com Ruy por conta da dívida de honra que tinha para saldar com Margarida. Obrigava-o a se casar com a pobre moça. Não obstante, Ruy estava apaixonado por Mathilde, um amor que crescia a proporção que aumentavam os obstáculos. Ele queria a sua mão de qualquer jeito. Para isso, ele precisava resolver duas questões: recuperar a sua reputação e livrar-se de Margarida. Para isso, recorreu ao seu velho amigo Lourenço, que lhe propusera um plano para reabilitá-lo aos olhos da sua amada e garantir-lhe o direito de aspirar a sua mão na condição de viúvo honrado, cujo nome estaria ileso de qualquer censura. Ele se casaria com Margarida e imediatamente lhe daria um veneno mortal, o que correspondia ao assassinato da jovem moribunda, já condenada à morte.

De súbito, Margarida e o seu filho Alfredinho foram surpreendidos do estado de tristeza e abandono em que se encontravam pelo trote de um cavalo que se aproximava à distância. Segundos depois, o cavalheiro estava diante do portão e pisava a areia do jardim, quando ambos o reconheceram: “Papae, é papae, gritou o menino, atraído pelo ruído que ouvira. O semblante de Margarida modificou-se, como por encanto. A entrada do amante emprestava-lhe á physionomia um verniz de animação e de vida, que os medicamentos nunca puderam obter” (*Diario do Commercio*, 3 de abril de 1890).

Ruy lhe propusera o casamento, realizando a sua antiga promessa. Pelas faces pálidas do seu rosto rolaram duas lágrimas silenciosas. Vinha a sua mente a perspectiva da morte próxima, o que explicaria a generosidade imprevista do amante: paixão e piedade para com a sua desgraça. Se fosse sadia, forte e bonita como antes, talvez ele não lhe oferecesse a mão que há tantos anos tinha recusado. Era uma derradeira esmola a proposta que fizera. Ela a aceitou e ainda lhe agradeceu: “- Agradeço-te, Ruy, agradeço-te muito, o que acabas de me dizer, não tanto por mim que já não posso viver muito: mas pelo nosso filhinho, por este pobre menino que precisa de um nome, do teu” (*Diario do Commercio*, 4 de abril de 1890).

O casamento foi realizado no local isolado onde Margarida morava, tendo Lourenço como única testemunha. Uma cerimônia reservada, íntima, sem aparato nem ostentação, longe do alcance da Corte. Desde o início, tinha o caráter fúnebre de uma missa de corpo presente. Ao final dela, Margarida estava fatigada. O marido sentou-a numa poltrona e Lourenço insistiu em dá-lhe um confortativo, um remédio relaxante. Ela recusou prontamente o remédio oferecido pelo velho. Não precisava de nada, pois o melhor remédio que poderia ter era ligar os restos dos seus dias ao seu querido Ruy. O fidalgo também insistia para que ela tomasse a medicação que lhe fortaleceria o corpo. O seu estado de fadiga poderia acabar por aniquilá-la definitivamente. Por fim, aceitou sem saber que aquele era o veneno que adiantaria as moléstias da sua tuberculose.

Após a aplicação do veneno, ambos foram surpreendidos pelo ruído de uma carruagem diante do portão. Era Alfredo de Abreu, irmão de Margarida. Tinha da parte de Mathilde uma carta de recomendação para cuidar de sua protegida. Ele apareceu à porta da sala todo trajado de preto. Os irmãos se reconheceram imediatamente ao se verem.

Margarida então respirava com muita dificuldade. As pálpebras fechavam ao peso de um sono irresistível, denunciando um abatimento incompreensível. Ele estranhou o estado da irmã. Foi até a poltrona em que ela estava e tomou-lhe o pulso. Depois, pediu a Ruy e Lourenço que os deixassem a sós. Ela relatou que começara a sentir-se aquele mal-estar após ingerir um caldinho oferecido pelos cavalheiros.

Lourenço, desorientado pela chegada imprevista de Alfredo, não se lembrou de esconder a xícara do veneno. Restara-lhe ainda um pouco do conteúdo. Alfredo mergulhou a ponta do dedo no fundo do recipiente e confirmou: era ópio. No estado de abatimento em que se encontrava Margarida, a morte era pronta e imediata. Tinha ali, diante de si, o epílogo da tragédia a que assistira quatro anos antes: “Miseráveis!

Miseráveis! Rugio elle em tom de voz surda; assassinaram, assim, cobardemente, uma pobre menina... (*Diario do Commercio*, 6 de abril de 1890). Mais tarde, ele revelou para Mathilde que havia algo oculto na morte de sua irmã. Apesar de todos os recursos empregados por ele, ela sucumbiu mais rápido do que esperava. Agora só restava ele da sua desgraçada família e tinha uma missão dolorosa a cumprir: a vingança dela e do seu pai.

Nesse ínterim, Mathilde fora advertida sobre os perigos que lhe rondava o seu envolvimento com um cavalheiro que dizia amá-la profundamente. Ela contou para Alfredo, que por essa ocasião estavam bastante próximos, a advertência que recebera. Ele presumia que tal advertência se referisse a Ruy de Castro, o miserável que tinha causado a desgraça da sua família e cuja vida lhe pertencia.

Após ter cumprido a promessa de casar-se com Margarida, Ruy achava que seria fácil obter a mão da sua amada Mathilde. Contudo, ela passou a tratá-lo com frieza e distanciamento. Perante isso, ele decidiu que a possuiria à força. Para isso, tinha um plano: juntamente com o mulato Carapinha e os seus sequazes atacariam a carruagem na qual ela viria do Palácio de São Cristovão para a audiência do rei no Largo do Paço. Não obstante, a carruagem fora salva por um grupo que avistou o ataque de Carapinha e seus companheiros, dentre os quais se encontrava Alfredo de Abreu.

Ruy de Castro foi apanhado no momento decisivo em que levaria a efeito sua audaciosa empresa. Alfredo e o seu grupo levaram-no para uma sala lúgubre isolada do Paço, perdida nas vastas dependências do pavimento térreo. Ele ficou a sós com o nobre fidalgo e murmurou-lhe solenemente: “Meu fidalgo, cá o tenho nas minhas mãos; lutei muito, mas venci, nem podia deixar de ser assim, por que estavam do meu lado o direito e a justiça” (*Diario do Commercio*, 13 de abril de 1890). Como vingança, Alfredo arrancou-lhe a orelha direita com uma faca e propôs-lhe passar o resto da vida somente com a orelha esquerda ou o suicídio. Para um conquistador como ele seria ridículo a falta de uma orelha.

Ruy escolheu a morte. Alfredo apontou-lhe a cova que havia deixado aberta e destinada a ele. Pediu-lhe que escrevesse uma carta para polícia de el-rei, declarando que tinha se tirado na Baía. Depois, ofereceu-lhe uma pistola. Ruy a apontou na cabeça e disparou. A morte foi pronta e imediata. O cadáver foi enterrado na cova do quarto onde estavam e as suas roupas expostas na praia.

No dia seguinte, toda a população da capital conheceu o conteúdo da carta: “Mato-me, por não poder supportar a existencia attribulada por uma paixão não

correspondia; a ninguém se attribua a minha morte... – Ruy de Castro” (*Diario do Commercio*, 13 de abril de 1890). As roupas encontradas na praia e a forma da letra do fidalgo atestaram o desfecho fúnebre do seu suicídio. Durante alguns dias, o fato foi comentado no Paço, mas, logo em seguinte mergulhou no esquecimento. Com a morte de Ruy de Castro, Mathilde e Alfredo assumiram o seu amor. Ele se tornou um dos médicos mais importantes da capital. Casaram-se depois e foram morar num dos pontos mais afastado da província do Rio de Janeiro, longe do meio podre da Corte. E assim permaneceu desconhecido o triste epílogo da aventura do galante cavalheiro até que anos depois o seu esqueleto foi encontrado no pavimento térreo do Paço Imperial.

Já um crime no Paço Imperial, publicado pelo *O Estado de São Paulo* entre os dias 20 de março e 12 de abril, relacionou o esqueleto aos restos mortais do solicitador Antônio Elias de Castro Ribeiro, desaparecido há mais de vinte anos. Assim como *O Esqueleto do Paço: história d’além-túmulo*, do *Diario do Commercio*, ele não foi publicado no espaço do rodapé, mas nas secções voltadas para noticiários diversos, e a sua autoria também não foi revelada⁴.

Esse romance constituía-se de uma série de cartas diárias enviadas ao jornal e atribuídas ao advogado doutor Florêncio de Araújo Fontes, conhecido em Itapetininga, que prometia fornecer informações exclusivas e inéditas sobre o misterioso aparecimento do esqueleto no Paço. Um caso que ele tomou conhecimento a partir da leitura da edição do *Estadão* de 15 de março que publicou a descoberta divulgada na secção “Varias Noticias” do *Jornal do Commercio*, no dia 14. Diante disso, ele revolveu dar esclarecimentos do fato à justiça pública.

Contudo, as cartas do doutor Florêncio representavam um recurso para atrair a leitura de uma notícia extraordinária que na realidade era um romance sobre crimes e assassinatos impunes e buscas por justiça. Por meio delas, ele descrevia a injustiça sofrida por dona Escolástica de Souza Ribeiro com o desaparecimento há mais de vinte anos do seu marido, o solicitador paulista Antônio Elias de Castro Ribeiro, após uma estada na cidade do Rio de Janeiro. Malsucedida em suas buscas na polícia e nos jornais, ela se deu por viúva. Quando viu as notícias nos jornais do esqueleto encontrado no Paço, na esperança de solucionar esse caso, a senhora procurou Florêncio e narrou-lhe sua história, a qual ele agora tornou pública.

⁴ Conforme as secções “Historia dos sete dias”, do dia 24 de março de 1890 e “Um esqueleto no Paço”, de 29 de março de 1890, ambos d’*O Estado de São Paulo* e a “Sessão Livre”, do *Correio Paulistano* de 22 de março de 1890 o romance seria provavelmente da autoria de Filinto de Almeida.

Nos dias 20, 21 e 22 de março, há uma espécie de propaganda do romance, cuja narrativa começa efetivamente a partir do dia 23. Primeiramente, na edição do dia 20, o a folha paulista divulgou o recebimento de uma carta do advogado no dia 17 pedindo ao jornal que publicasse as suas revelações sobre o caso do esqueleto no Paço, prova de um crime até então desconhecido. Um caso grave e sério, digno de ponderação e cuidado, mas que a imprensa fluminense vinha tratando humoristicamente.

Eles apresentavam uma atitude brincalhona para com os restos mortais de um indivíduo que revelava uma condenável falta de sentimento por ignorarem que “o esqueleto encontrado não é mais do que um produto industrial, dos que se vendem na casa Merino e outras, do Rio, para servir de modelo a um escultor estudioso” (*O Estado de São Paulo*, 20 de março de 1890). O esqueleto encontrado não correspondia a um aparelho de estudo anatômico, mas ao resultado de um crime, “que esteve até agora ignorado e occulto, por circumstancias fáceis de adivinhar, attendendo-se ao local em que foi encontrada a ossada” (*O Estado de São Paulo*, 20 de março de 1890). O próprio fato de o esqueleto ter sido encontrado dentro de uma tumba – um caixão funerário de molde inglês, como dizia a notícia do *Jornal do Commercio* e do *Diario de Noticias* – já evidenciava que ele não era um objeto de estudo, o que poderia comprovar com documentos autênticos e irrecusáveis.

A carta de Florêncio repercutiu em outros periódicos da imprensa fluminense e paulista como o *Diario de Campinas*, o *Diario de Noticias*, o *Diario de Sorocaba* e o *Diario de São Carlos* que enfatizaram a intenção do advogado em desvendar misterioso achado e dar esclarecimentos à justiça pública.

Há anos sem notícias de Antônio Elias, Dona Escolástica tinha se dado por viúva e seguiu sozinha a tarefa de educar os três filhos pequenos. Ela e Antônio levavam uma vida simples e humilde na cidade de São Paulo. O marido era um chefe de família exemplar, embora tenha tido um envolvimento extraconjugal com a cantora francesa Marie Robert por ocasião da sua estada na capital paulista em 1868. No entanto, ela o perdoou e o acolheu quando, após a partida da cantora, retornou arrependido para a família. Viviam assim quando Antônio Elias foi surpreendido com a chegada de uma carta enviada pelo testamenteiro da Corte Damião da Fonseca. Ela informava a morte do seu pai, o comendador Elias Antão de Castro Ribeiro, que havia deixado para ele um testamento com uma grande fortuna. Um fato inusitado porque ele era um pai ausente, que dava pouca atenção ao filho. Viviam completamente separados e quase estranhos

um do outro. O pai nunca lhe dera a mínima prova de afeto e mantinha-se sempre distante.

Damião alertava-o sobre a urgência de ir à Corte para retirada da herança. No dia seguinte, ele viajou para o Rio de Janeiro, deixando a família jubilosa a sua espera. Havia nessa época grandes festas no Rio: companhia italiana da celebre “tragica Ristori”, inauguração dos “bonds”, e a extraordinária animação no Alcazar, onde brilhava a Aimée e, entre outras, a cantora francesa que estivera anteriormente na capital paulista, circunstância em que ela e Antônio Elias tiveram um relacionamento amoroso.

Nos primeiros oito dias, ele escrevia regularmente para a família. Mostrava-se muito entusiasmado com o Rio e prometia buscar a esposa para passar uma temporada na Corte. Na última carta, ele dizia já estar de posse da herança e que planejava voltar no primeiro vapor do dia seguinte. Desde então, as cartas se cessaram e ele não retornou mais para casa. Perante essa situação, dona Escolástica escreveu para o negociante Damião da Fonseca pedindo-lhe informações sobre o marido. Receava que ele estivesse morto, vítima de febre amarela. Damião respondeu-lhe informando que havia ido ao hotel onde ele tinha se hospedado. Lá, confirmaram a sua partida, que inclusive constava no livro de registro do estabelecimento.

Ande essa situação, ela recorreu ao advogado doutor Carlos de Sá. No entanto, foram infrutíferas as suas investigações a respeito do desaparecimento de Antônio Elias. Daí, ela resolveu fazer anúncios pelos jornais da província e da Corte, “como se poderá verificar consultando a coleção do Jornal do Commercio e do Correio Mercantil dessa epocha” (*O Estado de São Paulo*, 23 de março de 1890). Ainda escreveu ao chefe de polícia do Rio, com vários pedidos de pessoas importantes de São Paulo e influentes na política. Contudo, os seus esforços foram baldados.

Mais adiante, Damião da Fonseca foi chamado à polícia como suspeito no caso do desaparecimento. Não obstante, o testamenteiro foi inocentado pelo laudo médico de febre amarela no dia do suposto desaparecimento, juntamente com a apresentação dos documentos e recibos do solicitador.

As investigações seguiram-se a buscas no hotel onde o solicitador havia se hospedado. Segundo os funcionários do hotel, na véspera de sua partida no vapor “Santa Maria”, ele havia sido procurado por um mulato magro com quem tinha saído à noite. Um funcionário do hotel informou que no jantar da noite anterior à sua partida ouvira Antônio Elias dizer que passaria a noite no Alcazar. Um hospede aludira, rindo, à

cantora francesa Marie que partiria para Europa no dia seguinte. A partir disso, levantou-se a suspeita de que ele tivesse partido com a francesa Marie.

Na lista dos passageiros do paquete Congo que partira Europa naquele dia não figurava o nome de Antônio Elias. Entretanto, junto ao nome da cantora francesa Marie tinha pseudônimo que poderia ter sido adotado por ele. Ante essa possibilidade, o caso parecia solucionado com a versão da suposta fuga com a francesa, fosse por desvario de uma paixão ou insinuações da cantora, interessada na sua grande fortuna. A própria dona Escolástica conformou-se com essa versão, lembrando-se das aventuras amorosas cometidas pelo marido durante a sua estada em São Paulo.

No ano de 1881, a diva francesa retornou para o Rio. Ela também foi procurada pela polícia para prestar esclarecimentos sobre o caso de Antônio Elias. Dona Escolástica tomara conhecimento desse interrogatório a partir de uma notícia de jornal. Nele, Marie conformava a sua partida para Europa no dia 5 de agosto de 1869, dia do desaparecimento do solicitador, no paquete Congo, e dizia que Antônio não havia embarcado com ela, o que poderia confirmar com o testemunho de João Nunes Vidal, da Charutaria da America, seu companheiro de viagem, e Mr. Charles Duvai, caixeiro de Mme. Auberi. Mr. Charles Duvai confirmou o depoimento dela. Já João Nunes disse, diante de Marie, que ela havia matado o solicitador para roubá-lo e fugira no paquete. Assim, terminou o seu depoimento sem uma resposta conclusiva sobre o caso do desaparecimento.

Diante disso, a viúva viajou para o Rio e procurou a cantora Marie Robert. Ela esperava fazer o que a própria polícia não tinha conseguido. Marie confirmou-lhe que Antônio não havia partido com ela e que não sabia nada sobre ele. A preocupação da viúva não se restringia ao fato dele estar esbanjando a herança. Queria saber se ele estava vivo ou morto não por ela, que mais nada esperava dele desde que a abandonara, mas pelos filhos. Eles ainda precisariam do amparo paterno, caso ela não resistisse aos desgostos e ao trabalho excessivo a que sua triste posição a subjugava.

Chegou a São Paulo numa grande prostração, mas a necessidade de manter a casa e a família fortaleceu-a e ela entregou-se ao trabalho. Por esse tempo se mudaram para Itapetininga por terem tido graves prejuízos em São Paulo. Lá, mantiveram o comércio de uma casa de pensão, além da venda externa de doces e costuras.

As investigações sobre o desaparecimento de Antônio Elias pareciam sem solução e a viúva estava cada vez desgasta e desacreditada quando veio para São Paulo “um moço que devia transformar radicalmente a situação! Este moço era, sem suspeitar,

o possuidor do segredo de toda a desgraça de d. Escolástica!” (*O Estado de São Paulo*, 24 de março).

Alberto Lemos, um jovem recém-formado em Direito, estudioso dos casos de crimes e assassinatos cometidos nos últimos vinte anos, dentre os quais incluía casos misteriosos de desaparecimentos, chegou numa certa manhã na pensão de dona Escolástica procurando um quarto para alugar. Ele tinha o hábito de narrar os casos que estudava para Colaquinha, a filha mais nova de dona Escolástica, e para sua avó. Numa dessas narrações, a avó questionou-o se ele não tinha nenhuma informação a respeito do desaparecimento do seu filho.

O nome de Antônio Elias lembrou um fato que ocorrera quando era criança. Um indivíduo bizarro, chamado João Candido, chegou à sua casa numa noite chuvosa querendo falar desesperadamente com seu pai, então renomado advogado em Porto Alegre. Do seu quarto, ele escutou toda a conversa. Ele dizia ter comunicações graves para fazer acerca de um crime, do qual fora testemunha involuntária, ocorrido há três anos, em agosto de 1869, que envolvia um assassinato com o fim de roubar muito dinheiro. Alegava ter guardado esse crime em segredo não por amizade pelos assassinos, mas pelo grande respeito que tinha pelo lugar em que se deu: “- Alguma igreja? – Não senhor. Foi no Paço Imperial. – Um crime no Paço Imperial?!” (*O Estado de São Paulo*, 26 de março).

João dizia estar desempregado no ano de 1868 no Rio de Janeiro quando arranjou um emprego de doméstico no Paço. Lá, ele encontrou, dentre outros empregados da mesma categoria que a dele, um tal Jeronymo, que acumulava ao fácil cargo de doméstico o de carpinteiro. O seu principal divertimento era jogar cartas. À noite, ele se reunia no seu quarto, que parecia uma oficina, para jogar com mais dois mulatos até horas mortas da noite. Tinha bom comportamento: não saía, não brigava com os colegas nem bebia. Era empregado do Paço há alguns anos e tinha permissão para levar ferramentas para o seu quarto, além dos apetrechos de marcenaria, onde passava quase o dia inteiro. Ele ficava no andar térreo do Paço, ao lado de um quarto de despejo onde tinham móveis quebrados, colchões velhos, camas, gaiolas, cestos, baús sem tampa e outros objetos velhos.

João quebrou sem querer a cadeira do quarto de um criado enquanto limpava e tirava pó dos móveis. Lembrou-se de levá-la ao Jeronymo para consertar. Assim, ele foi para o seu quarto no andar térreo. Não obstante, a porta do quarto estava fechada. Daí, ele deixou a cadeira no quarto ao lado. No meio dos objetos despejados do quarto, ele

viu um objeto estranho próximo à parede. Ele achava impossível aquele objeto naquele local. Chegou mais perto dele e confirmou: “um caixão de defunto, novo, forte, de molde inglês, forrado de zinco, com todas as precauções que já então se exigiam, junto a segunda porta que se comunicava com o quarto de Jeronymo” (*O Estado de São Paulo*, 27 de março de 1890).

O doméstico da Corte se questionava para quem seria destinado aquele caixão, estaria alguém para morrer no Paço ou Jeronymo porventura trabalharia para alguma empresa funerária. Pensou em sair do quarto, mas ouviu vozes murmurando e imediatamente se escondeu dentro de uma cesta velha de roupa suja: “- O trabalho então está prompto e bem escondido? – Bem escondido? está alli atirado no deposito dos trastes velhos” (*O Estado de São Paulo*, 27 de março de 1890). Duas pessoas conversavam sobre as vantagens de se colocar o caixão num quarto velho onde ninguém entrava. Um deles dizia estar cansado por ter passado o dia inteiro atrás de um tal de Antônio Elias.

Momentos depois, Jeronymo chegou com Leopoldo, que dizia ter encontrado com Plácido. O mulato relatara a conversa que tivera com o criado de Damião da Fonseca. Sem desconfiar dos planos de Jeronymo e dos dois mulatos, ele contou que o amo já tinha entregado os oitocentos contos a Antônio Elias. De posse dessa informação, os três começaram a delinear os planos do assassinato, o qual João escutara completamente do seu esconderijo. No dia seguinte, à noite, Plácido iria ao hotel Águia de Ouro, onde Antônio estava hospedado e entregaria ao solicitador uma carta da parte de um criado do Paço. O criado se dizia amigo do seu pai. Tinha-lhe comunicações graves e urgentes para fazer, mas, por motivos de doença, não podia ir vê-lo no hotel. Assim, pedia-lhe o obséquio de ir ao Paço visitá-lo. O outro mulato o conduziria pelo corredor do pátio térreo enquanto Jeronymo o esperava no quarto.

Conquanto, esses planos foram interrompidos com a chegada inesperada de Plácido. Ele falava que Antônio viria naquele dia. Soubera que o paulista pretendia voltar para sua província na manhã do próximo dia. Daí, ele escreveu a carta e logo à noite iria ao hotel para trazer o solicitador. Convinha a ambos vigiar e permanecer no local porque poderia trazê-lo a qualquer momento. Assim, João ficou escondido na cesta diante de Jeronymo com a navalha em punho sem ter como fugir. Dizia ter passado momentos de horror. Não tinha como fugir. Um grito ou qualquer movimento e Jeronymo investiria contra ele.

Horas depois, Leopoldo chegou com Antônio Elias. Atravessaram o quarto de Jeronymo e, sem desconfiar, Antônio Elias avançou para o recinto onde o assassino o aguardava. Passando pela sua frente, ele vibrou-lhe com furiosa veemência um golpe do lado esquerdo do pescoço. O solicitador vacilou, deu um grito e caiu de bruços, junto à cesta em que João estava, quando foi atingido pelo segundo golpe do marceneiro. Eles despiram o morto e deitaram-no no caixão. Remexeram os seus bolsos e dividiram entre si os oitocentos contos do finado. Em seguida, afastaram os móveis, levantaram as tábuas do assoalho do quarto e abaixaram vagarosamente o caixão. Puseram um saco de cal e terra por cima dele. Recolocaram as tábuas no lugar e cobriram-nas com os móveis.

Ao saber das revelações de João Candido, a viúva passou a clamar por vingança. Queria ver os assassinos presos e condenados. Para isso, elegeu Alberto como o seu vingador que interviria junto ao pai, conhecedor da desgraça de Antônio Elias, para localizar João Candido e persuadi-lo a contar toda a verdade dos fatos para a polícia.

Dias depois, ela recebeu uma carta de Alberto informando-o sobre o contato que tivera com o mulato Plácido, um dos cúmplices de Jeronymo, na detenção onde estava preso. Perguntado sobre a possibilidade do corpo do assassinado ser descoberto, Plácido confirmou que o esqueleto de Antônio Elias havia sido encontrado. Ele tinha ido ao Paço se certificar após ter lido a notícia a respeito do achado no Paço nos jornais. Tinha certeza de que o esqueleto era mesmo de Antônio Elias, uma vez que ele “estava no mesmo lugar em que o puzémos e no mesmo caixão, feito pelo Jeronymo... reconheci tudo perfeitamente! O esqueleto encontrado no Paço Imperial eu juro em como é do solicitador paulista Antônio Elias de Castro Ribeiro!” (*O Estado de São Paulo*, 12 de abril).

Essa revelação desvendava o mistério que cobria o aparecimento do esqueleto no Paço. Agora, restava unicamente encontrar Jeronymo que poderia estar usufruindo livremente da herança de Antônio Elias enquanto Plácido sofria na prisão e dona Escolástica passava por necessidades com a criação dos filhos.

Sem notícias de Alfredo há alguns dias, dona Escolástica começou a ler os jornais do Rio à procura de informações sobre o seu paradeiro e também sobre o assassinato do marido. Não encontrou nada até que um dia viu a ilustração de um grande esqueleto na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, no dia 16 de março.

Lendo o jornal fluminense, ela percebeu que faziam um grande gracejo com sua desgraça. Indignada, ela pediu o auxílio do advogado Florêncio de Araújo Fontes.

Narrou-lhe tudo o que foi publicado na folha paulista e deu-lhe os documentos enviados à mesma. Assim, impressionado com a desgraça daquela senhora, ele pedia a intervenção da imprensa, “essa poderosa protectora do bem e da justiça” (*O Estado de São Paulo*, 12 de abril de 1890), nesta história infeliz.

Com isso, Florêncio reafirmava que a sua intenção era apresentar para o público a triste história dessa família para que dele, juiz supremo, partissem os protestos de justiça. Em seguida, agradecia o acolhimento da folha e pedia a sua intercessão junto à imprensa e à polícia fluminenses a fim de que Jeronymo fosse capturado. Essa ação da folha correspondia à expectativa de Florêncio em punir Jeronymo pelos crimes cometidos, uma vez que:

Pela razão, pela justiça, pela moral, urge eliminar da sociedade um ente que é a vergonha da especie, e ao qual talvez na grande ignorancia da verdade, muita gente de bem aperte a mão. Urge, desviar-lhe essa fortuna, adquirida com o mais abominavel, o mais torpe e o cruel dos meios. (*O Estado de São Paulo*, 12 abr. 1890)

Desde modo, a herança de Antônio Elias seria restituída a quem lhe era de direito e a viúva teria realizado o sonho de vingar a morte do marido, com a prisão de Jeronymo, e de assegurar o futuro dos filhos.

Esse romance d’ *O Estadão* tem algumas aproximações e distanciamentos com os romances da *Gazeta de Noticias* e do *Diario do Commercio* que analisamos acima. Nos três, há a figura da donzela ingênua, criada longe do ambiente da Corte, da vítima, do vilão, do vingador e o tema da vingança, corporificando a luta do bem contra o mal – virtude versus maldade. Antônio Elias, o solicitador assassinado, Colaquinha, a donzela, dona Escolástica, a viúva abandonada pelo marido, e Alberto Lemos, vingador da viúva, todos representantes do bem, acabaram mal na história. Colaquinha não podê viver o seu amor com Alberto. Este falhou na tentativa de vingar dona Escolástica, a viúva zeladora dos filhos e involuntariamente abandonada pelo marido, o qual também havia sido abandonado pelo pai na infância, vindo a falecer de febre amarela mais a frente. E o solicitador paulista morto brutalmente, cujos assassinos, representantes do mal, continuaram impunes e usufruindo de sua herança, enquanto dona Escolástica passava por penitências. Com o fracasso de Alberto, a viúva passou a tarefa da vingança para o advogado doutor Florêncio de Araújo Fontes, o qual a repassou para a imprensa e o público leitor na esperança de que eles se comovessem com a história dessa família e agissem em seu favor.

Possível evidência de um crime ocorrido há muito tempo, os romances-folhetins *Um crime no Paço Imperial*, do jornal *O Estado de São Paulo*, e *O Esqueleto do Paço: história de além-túmulo*, do *Diário do Commercio*, publicaram narrativas que associavam o esqueleto a um crime encoberto do período imperial, cuja ossada constituía uma prova indelével. No primeiro, o esqueleto correspondia aos restos mortais de um nobre da Corte assassinado pelo irmão de uma donzela, que buscava vingar a honra corrompida pelo cavalheiro. No segundo, o esqueleto representava os vestígios do assassinato de um popular enriquecido inesperadamente, cuja herança constituía objeto de cobiça dos seus assassinos. Assim, eles veicularam uma versão sarcástica do caso do esqueleto ao associá-lo a mortes insuspeitas, as quais permaneciam impunes, ocorridas no Paço Imperial, palco de crimes e assassinatos.

Já *O Esqueleto: Mistérios da Casa de Bragança*, da *Gazeta de Noticias*, passou outra versão para a presença de um esqueleto na sede do governo imperial, distante da ideia de crimes e assassinatos impunes. O esqueleto não passava de uma brincadeira praticada entre o príncipe d. Pedro e seu súdito preferido d. Bias, que, segundo o romance, passou a ser costureira no meio da Corte. Enquanto d. Bias dormia, o príncipe jogou sobre ele um esqueleto articulado. Ele se divertia com o apavoramento do nobre espanhol quando ele acordou e viu sobre si um esqueleto. Após livrar-se dele, guardou-o num armário, afirmando que seria uma boa peça para pregar às gerações futuras. Assim sendo, d. Pedro e d. Bias seguiram aproveitando do conforto e das comodidades da vida palaciana, sem sofrerem nenhum tipo de repreensão pelas atrocidades comedidas. Esse folhetim faz uma abordagem cômica do caso do esqueleto, produzindo uma imagem carnavalesca do Império, visto como um passado morto e risível cujos objetos de escárnio eram os membros da família Real e os integrantes das camadas populares que gravitavam em torno dela⁵.

Assim, a partir do que observamos, nos três romances-folhetins foi recorrente a imagem do Paço Imperial como um lugar propício à promiscuidade, ao ócio, à libertinagem e a criminalidade, praticados por todos os integrantes da Corte, tanto os representantes das camadas populares como as figuras de poder, com destaque para o

⁵ Na minha dissertação de mestrado intitulada *O Esqueleto sai do armário: literatura e política na imprensa do século XIX*, desenvolvo uma análise mais aprofundada das imagens carnavalescas e grotescas do Império veiculadas por esse romance. ver SANTOS, Marina de Pózes Pereira. *O Esqueleto sai do armário: literatura e política na imprensa do século XIX*. Dissertação Mestrado. Niterói : Universidade Federal Fluminense, 2013. (Prelo)

príncipe d. Pedro. Um local de festas e diversões de nobres e pessoas inúteis que pouco se importavam com a função política em prol do desenvolvimento do país que tinham em suas mãos.

Com a intenção de associar elementos negativos ao período imperial, os autores desses folhetins desenvolveram enredos com os personagens idealizados como parte do bem e aqueles idealizados como parte do mal. A Corte é mostrada como o centro das atenções, porém, aqueles que a aderem são vistos negativamente; enquanto os que estão fora dela são vistos positivamente, apesar de nem sempre desfrutarem de um bom final. Portanto, a negativização do Império vem em decorrência da presença dos nobres de origem portuguesa no Brasil e não somente de sua estrutura política precedente, sendo evidentes nos folhetins as contraposições que se referiam ao Império como um lugar de promiscuidade, ócio, barbaridades e atraso. A partir disso, desenvolveram-se três versões para o caso do esqueleto que convergiam para uma visão negativa do Império e da Corte portuguesa.

Desde modo, degradou-se toda a áurea sagrada que envolvia a família real e justificava a sua preponderância de poder, já apontada pelo periódico *A Republica: propriedade do club republicano*, do Rio de Janeiro, tanto no *Manifesto Republicano* publicado na primeira edição de 3 de dezembro de 1870 como nas demais edições veiculadas durante a década de 70. Ambos os textos, literários e jornalísticos, denunciavam a invalidade da origem superior e divina dos integrantes da família real, que julgavam ter ou acreditava-se que tinham. Assim, ressaltavam que eles tinham origem humana como todos os demais indivíduos. Rebaixava-se a família real e o seu séquito para revelar a sua contraditória adoração popular e a arbitrariedade dos seus interesses, voltados para a satisfação de suas opulentas necessidades e não para as do povo. Nobres que exigiam para si admiração, reverência e contemplação, ao mesmo tempo em que oprimiam e obscureciam os desejos, as vontades, as necessidades e a consciência do povo em geral.

Essa atitude da família real e do seu séquito para com o povo brasileiro é representada em *O Esqueleto: mistérios da Casa de Bragança e Esqueleto do Paço: histórias d'além-túmulo* pelas donzelas puras e ingênuas corrompidas e enganadas pelos nobres da Corte. D. Pedro e Ruy de Castro oprimiram as vontades e as necessidades de Branca e Margarida com o intuito de que os seus desejos fossem satisfeitos. Nobres que não admitiam a rejeição de nenhuma mulher, uma vez que todas deveriam se render à honra do seu prestígio e da sua posição. Mathilde foi a única que conseguiu se livrar das

garras da nobreza. Resistiu aos seus embustes e às suas artimanhas, impondo e realizando as suas vontades. Talvez, ela seja o prenúncio dos novos tempos republicanos, uma mulher ativa, soberana e independente. Corresponhia ao Brasil daquele tempo que desejava se libertar da repressão e do autoritarismo português. *Um crime no Paço Imperial*, com o roubo da herança do solicitador Antônio Elias de Castro Ribeiro, transpassou a ideia de que as nossas riquezas foram saqueadas para que outros vivessem impunes na opulência. Assim como o *Manifesto Republicano*, ele se dirigia ao povo para que ele agisse em favor da viúva injustiçada e do país explorado.

Associando-se essas narrativas ao contexto de transição do Império para a República⁶, era preciso desenterrar os esqueletos do Império, seus segredos e seus mistérios ocultos, para dar lugar à ordem e ao progresso prometidos pela República. Dessa forma, desvendavam-se os “esqueletos” (segredos) escondidos nos “armários” (nos compartimentos do Paço) do período imperial, ao mesmo tempo em que se repensava o passado histórico da nação brasileira. Agora, ele era visto como um passado desprezível que, como o misterioso esqueleto encontrado no Paço, precisava ser desvendado e, conseqüentemente, esquecido, saindo de cena, para que a República se afirmasse no cenário nacional (SANTOS, 2013). Para isso, as suas narrativas transmitiam uma metáfora entre o esqueleto e o Império falido, ligando-o a tudo de atrasado e retrógrado que existia no país e impedia o seu desenvolvimento.

Assim, o esqueleto representava o governo imperial como um regime fraco, caduco e anacrônico incapaz de promover o progresso e o desenvolvimento do país. Ele já estava morto, no entanto, precisava ser exumado. Em outras palavras, todas as suas marcas materiais deveriam ser apagadas, uma vez que as suas reminiscências correspondiam a uma sensação de atraso, que, naquele momento de clamor pelo progresso científico e tecnológico, seria superada com instauração da República. Não obstante, o esqueleto do Império ficou remanescente nos anos seguintes como estrutura, uma vez que a nossa República, como afirma Rodrigo Elias (2012), se fez na tradição monárquica (ELIAS, 2012).

⁶ Segundo Sevcenko (1998), nesse período o país inseriu-se na Revolução Científico-Tecnológica que vinha ocorrendo na Europa e nos Estados Unidos, o que significou uma corrida nacional pelo progresso associada à República (SEVCENKO, 1998). Assim, o país, que para Neves (2009) o país estava dividido entre o velho e o novo, o peso do atraso com as reminiscências coloniais e o desejo do futuro, deveria “seguir os passos das “nações civilizadas e progressistas” e transitar céleres para saldar “o atraso”, de um pólo de negatividade representado pelas “trevas” da “ignorância” e da “barbárie” em direção a um *télos* de positividade, identificado com as luzes da “ciência” e da “civilização” (NEVES, 2009: 127).

- ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. “Imprensa a serviço do progresso”. In: MARTINS, Ana Luiza & DE LUCA, Tania Regina (org). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, p.83-102, 2012.
- ELIAS, Rodrigues. *Herança do Império*. Revista de História da Biblioteca Nacional. nº 86, ano 8, novembro 2012.
- GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da Modernização no Brasil*. 1850-1914. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- HEINEBERG, Ilana. “Miméticos, aclimatados e transformadores: trajetórias do romance-folhetim em diários fluminenses”. In: ABREU, Márcia (org.). *Trajetoórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado de Letras, p.497-522, 2008.
- MARTINS, Ana Luiza. “Imprensa em tempos de Império”. In: MARTINS, Ana Luiza & DE LUCA, Tania Regina (org). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, p. 45-80, 2012.
- MELLO, Teresa Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV : Editora Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007.
- MENDES, Leonardo & SILVA, Andrea Gonçalves da. “Victor Leal e o romance-folhetim no Rio de Janeiro no final do século XIX”.In: *Soletras*, São Gonçalo (RJ), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n.22 (jul/dez), p.197-205, 2011. Disponível em <http://www.filologia.org.br/soletras/22/14.pdf>. Acesso 07 de novembro de 2012.
- _____ & GORNI, Nathalia. “À cata de um barrete: literatura, caricatura e imprensa no Brasil de 1890”. In: *Soletras*, São Gonçalo (RJ), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n.22 (jul/dez), p.9-18, 2011. Disponível em <http://www.filologia.org.br/soletras/22/01.pdf>. Acesso 07 de novembro de 2012.
- MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____ *Voláteis e versáteis: de variedades e folhetins se fez a chronica*. In: CANDIDO, A. (Org.). *Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.
- NEVES, Margarida de Souza. *Uma cidade entre dois mundos – O Rio de Janeiro no final do século XIX*. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (org). *O Brasil Imperial: 1870-1889*. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PORTO, Ana Gomes. “Um esqueleto no Paço Imperial: literatura e política em alguns folhetins no início da República”. In: *Cadernos AEL*, Campinas, Unicamp, 2002. Disponível em <[http:// 143.106.35.204/site_ael/publicacoes/cadernos/cad-16-17/anaporto.pdf](http://143.106.35.204/site_ael/publicacoes/cadernos/cad-16-17/anaporto.pdf)> Acesso em: 09 dez. 2009.

SANTOS, Marina de Pózes Pereira. *O Esqueleto sai do armário: literatura e política na imprensa do século XIX*. Dissertação Mestrado. Niterói : Universidade Federal Fluminense, 2013. (Prelo)

SEVCENKO, Nicolau. “O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”. In: *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TINHORÃO, José Ramos. *Os romances em folhetins no Brasil*. São Paulo: Duas Cidades, 1994.

Periódicos Consultados

A Republica: propriedade do clube republicano – 03/12/1870 a 01/03/1873

Jornal do Commercio - 14/03/1890

Diario de Noticias - 14/03/1890

Gazeta de Notícias - 15 a 31/03/1890

Diario do Commercio – 18/03 a 13/04/1890

O Estado de São Paulo – 20/03 a 12/04/1890